



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

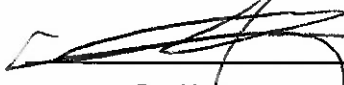
**ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CONSTITUÍDA COM BASE NA
APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 530/19, PARA INVESTIGAR AS
CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS E APURAR DENÚNCIAS DE
IRREGULARIDADES NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE BELO HORIZONTE, NA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Às 10h30min do dia 11/2/20, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Catatau do Povo e com a presença dos vereadores Jair Di Gregório e Fernando Luiz, deixou de reunir-se, por falta de quórum, a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - constituída com base na aprovação do Requerimento nº 530/19, para “investigar as condições estruturais e funcionais dos Cemitérios Municipais de Belo Horizonte, investigar as denúncias referentes à atuação das chamadas máfia das ‘enxadinhas’ que atuam nos cemitérios, investigar a venda irregular de lanches pelas funerárias nos velórios municipais e outras irregularidades constatadas nas vistorias técnicas e apresentadas na audiência pública realizada no dia 27/8/19”. O referido requerimento é de autoria do vereador Jorge Santos, da vereadora Bella Gonçalves, dos vereadores Bim da Ambulância, Carlos Henrique, da vereadora Cida Falabella, dos vereadores Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Elvis Côrtes, Fernando Borja, Gabriel, Gilson Reis, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Juninho Los Hermanos, da vereadora Marilda Portela, e dos vereadores Mateus Simões, Orlei, Pedrão do Depósito, Pedro Bueno, Reinaldo Gomes, Ronaldo Batista e Wesley Autoescola. Registre-se que: 1) estava marcada a reunião para iniciar-se às 10 horas; 2) deixaram de ser apreciadas as seguintes proposições: requerimentos de comissão nºs 1.556/19, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 42/20. Nada mais havendo a ser tratado, o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presidente declarou encerrados os trabalhos às 10h31min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for dada por aprovada, caso não seja impugnada no prazo regimental.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>18/2/20</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>19/02/20</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
